Boletim Informativo nº. 07/2019

Cuiabá/MT,04 de dezembro de 2019

1. MISSÃO DO CAO EDUCAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças técnicas e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação resolutiva.

O CAO Educação atuará prioritariamente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e Inclusiva, a Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas), o Ensino Fundamental e Médio, Profissional e Técnico, a Escola de Tempo Integral, a Estrutura Física das Escolas, a Evasão Escolar, o Financiamento da Educação, a Fiscalização do cumprimento dos Planos de Educação, a Mediação Escolar, a Merenda Escolar, a Qualidade da Educação, o Transporte Escolar e a Violência nas Escolas.

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

PAIS DE ALUNOS DA ZONA RURAL PARTICIPAM DE PALESTRA SOBRE EVASÃO ESCOLAR

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Cáceres, em parceria com o Ministério Público, promoveu nesta quarta-feira (06), no Distrito de Santo Antônio do Caramujo, na zona rural, palestra sobre Evasão Escolar. O tema foi abordado pela promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROJETO FORTALECER COMPLETA 15 ANOS DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

O Projeto Fortalecer, criado em 2004 pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso com o objetivo de combater à evasão escolar, completa, em 2019, 15 anos de atuação, com muito a comemorar, já que neste período quase 4 mil alunos foram atendidos. A iniciativa, idealizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do município de Várzea Grande, é desenvolvida em parceira com a Prefeitura Municipal, secretarias de Educação, Cultura, Assistência Social, Esporte e Lazer e o Centro Universitário de Várzea Grande (Univag). A sociedade civil também participa efetivamente com a adesão dos voluntários. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROJETO 'PREVENÇÃO COMEÇA NA ESCOLA' FECHARÁ 2019 COM APRESENTAÇÕES EM 18 MUNICÍPIOS

De acordo com coordenador do projeto, procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado, somente em 2019, 18 municípios serão contemplados com a iniciativa. A proposta é sensibilizar alunos e professores sobre como se prevenir contra práticas nocivas ao público infantojuvenil, como violência, abuso sexual, bullying, racismo e destruição do patrimônio escolar. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

NOVA EDIÇÃO DO "BOM NA ESCOLA, BOM DE BOLA" COMEÇA SEGUNDA (25)

Começa na próxima segunda-feira (25) a 5ª edição do projeto "Bom na Escola, Bom de bola" em São José do Rio Claro (a 315km de Cuiabá), às 18h, no Ginásio Municipal Araão Bezerra - "Bezerrão". Idealizada pelo promotor de Justiça Luiz Fernando Rossi Pipino, a iniciativa conta com a parceria da Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, empresários locais, diretores, coordenadores e professores da rede de ensino. Clique AQUI e veja a matéria completa.

3. AÇÕES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DE OUTROS ESTADOS

LEVANTAMENTO DO MPSC APONTA A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE 43 MIL VAGAS EM CRECHE ATÉ 2025 E ALERTA SOBRE CRIANÇAS FORA DA PRÉ-ESCOLA

Santa Catarina precisa criar 43.322 vagas em creche para cumprir o que determinam as leis dos Planos Municipais de Educação. Os dados fazem parte do primeiro Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação. Inédito no país em nível de detalhamento, o documento foi elaborado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) e Ministério Público de Contas (MPC/SC) e que agora está disponível para consulta da população. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPRJ APRESENTA PROJETO "EDUCAÇÃO ALERTA" PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO

O projeto é desenvolvido por meio de parceria entre o MPRJ, a Fogo Cruzado e o Poder Executivo, e conta com o apoio do UNICEF, com o objetivo de contribuir para a redução dos efeitos da violência comunitária, em especial a violência armada, nas proximidades das escolas fluminenses. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPRJ E UFF LANÇAM E-BOOK 'POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL - REFLEXÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS'

O e-book, organizado pelas promotoras de Justiça Débora da Silva Vicente e Renata Carbonel, respectivamente coordenadora e subcoordenadora do CAO Educação/MPRJ, e pelo professor universitário Elionaldo Fernandes Julião, se encontra disponível de forma gratuita na página do mesmo Centro de Apoio Operacional, podendo ser acessado <u>AQUI</u>. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MPES REALIZA EVENTO PARA DEBATER ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INFANTIL

O objetivo do encontro é apresentar os resultados obtidos pelo Ministério Público a partir da inspeção técnica realizada nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemei) de Vitória, conforme diretriz da Recomendação nº 67/2018, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Clique AQUI e veja a matéria completa.

MP-AP RECOMENDA QUE O MUNICÍPIO IMPLEMENTE GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACAPÁ

O Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PJDE), expediu, no último dia 21 de novembro, Recomendação à Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Câmara Municipal de Macapá (CMM), para que realize no prazo de até 180 dias, a implementação de Gestão Democrática nas escolas municipais da capital amapaense. A ação possibilitará a escolha dos diretores dos educandários pela comunidade escolar. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MINISTÉRIO PÚBLICO CRIA PROJETO E FIRMA PARCERIAS PARA GARANTIR BIBLIOTECA FÍSICA E DIGITAL A SOCIOEDUCANDOS

Garantir o acesso à educação, estimular a leitura e, por meio dela, mudar a realidade dentro das unidades de internação, permitindo aos jovens socioeducandos a evolução do conhecimento. Esse é um dos propósitos do 'Projeto Indústria do Conhecimento na Socioeducação', criado pelo Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE/AL), por meio da 12ª Promotoria de Justiça (da Infância e da Juventude) da Capital. A ideia leva até o público-alvo uma biblioteca física e digital, com acervo literário que beneficiará quem cumpre medida em regime de internação provisória, definitiva (sentenciados) e de semiliberdade. Clique AQUI e veja a matéria completa.

ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS DE SALVADOR RECEBEM QUASE 1,4 MIL LIVROS DA CAMPANHA 'ASAS AO PENSAMENTO'

O gosto por livros e pelo estudo levou Pedro*, 18 anos, um dos 332 jovens socioeducandos das unidades Comunidade de Atendimento Socioeducativo (Case) de Salvador, a vencer com nota 99,2 um concurso nacional de redação e a chegar à final da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM). "O livro e a escrita é base da nossa vida, sem eles não somos nada", afirmou o garoto diante da notícia de que 1.388 publicações, entre livros, revistas e módulos pré-vestibulares, haviam chegado às três unidades de ressocialização da capital na manhã de hoje, dia 22, em benefício dos adolescentes lá acolhidos. A distribuição foi realizada de maneria equitativa entre as Cases. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPCE LANÇA CAMPANHA "ESCOLA LEGAL" PARA REGULARIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO

O Ministério Público do Ceará (MPCE), por meio da 12ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, inicia a campanha "Escola Legal" para estimular a população e verificar a regularidade das creches e escolas particulares junto ao Conselho Municipal de Educação de Fortaleza (CME).

As instituições privadas de ensino precisam atender a diversos requisitos para garantir o bem-estar dos estudantes e profissionais, como: segurança contra incêndio, plano de evacuação, estrutura física, acessibilidade, formação dos profissionais, dentre outros. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

TRANSPORTE ESCOLAR É TEMA DE CURSO OFERTADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Com o objetivo de auxiliar as gestões públicas nas boas práticas e no cumprimento das diretrizes legais, o Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) ministrará o curso "Transporte escolar de qualidade" na próxima quinta-feira, 28. O curso tem carga horária de 8 horas por turma, com 35 a 40 vagas cada, e será ministrado pelo auditor de Controle Externo, Dênis Luciano Pereira Araújo, no auditório Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, na sede da Corte de Contas. O público-alvo do curso são servidores públicos municipais envolvidos no processo de contratação e fiscalização do transporte escolar, membros dos conselhos de Educação, vereadores e representantes dos usuários do transporte escolar. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MINISTÉRIO PÚBLICO DISCUTE GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Com o objetivo de discutir com as instituições privadas de ensino de Porto Velho

a garantia do direito à educação aos alunos com deficiência, a fim de impulsionar essas instituições a implementarem a Educação Inclusiva de forma plena, o Ministério Público do Estado de Rondônia, por meio da Promotoria de Justiça da Educação, promoveu o Encontro de Educação Inclusiva da Promotoria da Educação com Instituições de Ensino da rede de ensino privada. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPRJ AJUÍZA AÇÃO PARA QUE MUNICÍPIO DO RIO DEPOSITE EM CONTA ESPECÍFICA OS RECURSOS DESTINADOS CONSTITUCIONALMENTE À EDUCAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ), ajuizou ação civil pública (ACP), no dia 22 de novembro, para que o Município do Rio de Janeiro altere a titularidade da conta setorial específica da educação para o nome da Secretaria Municipal de Educação de Rio de Janeiro, conforme determina a lei. O pedido foi feito em tutela de urgência. A conta deverá ser utilizada para o depósito dos recursos previstos na Constituição da República. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPPI ORIENTA SOBRE MATRÍCULAS ESCOLARES E CONTRATOS EDUCACIONAIS

Com o aumento da demanda de matrículas escolares nesta época do ano, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e a 32ª Promotoria de Justiça, órgãos integrantes da estrutura do Ministério Público do Estado do Piauí(MPPI), esclarecem dúvidas e dão orientações sobre os cuidados necessários para evitar prejuízos neste período. Clique AQUI e veja a matéria completa.

RECOMENDAÇÃO DO MPPA REQUER MAIS VAGAS EM CRECHES

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) emitiu uma recomendação à prefeitura e a Secretaria de Municipal de Educação de Pacajá, afim de obter melhorias na infraestrutura das creches municipais e garantir mais vagas para a população local. A recomendação faz parte de um procedimento administrativo que fiscaliza a oferta de ensino pré-escolar em creches do município e foi assinada pelo promotor de Justiça Gerson Alberto de França, titular da promotoria de Justiça de Pacajá, visto que os direitos à educação no município não vinham sendo devidamente executados. Clique AQUI e veja a matéria completa.

TAC VISA GARANTIR EDUCAÇÃO INCLUSIVA A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

A promotoria de Justiça de Marabá, por meio da promotora Lílian Viana Freire, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a prefeitura do município, representado pelo prefeito Sebastião Miranda Filho; e com a Secretaria de Municipal de Educação, representada pela secretária municipal de educação Marilza Oliveira Leite, cujo objetivo é garantir um sistema educacional inclusivo aos alunos com deficiência

matriculadas nas escolas públicas municipais de Marabá. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPMG E DPMG LANÇAM FÓRUM PERMANENTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ASSEGURAR ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ÀS SALAS DE AULA

Com o objetivo de discutir, elaborar e implementar políticas públicas que assegurem inclusão escolar às pessoas com deficiência, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) lançaram nesta quintafeira, 28, o Fórum Permanente da Educação Inclusiva. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPMS PARTICIPA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA "A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A PREVENÇÃO DA OBESIDADE, DA DEPRESSÃO E DO SUICÍDIO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES"

Em parceria com o Ministério Público de Mato Grosso do Sul e o Instituto Sangue Bom, a Câmara Municipal de Campo Grande, por meio da Comissão Permanente de Educação e Desporto, realizou audiência pública no Plenário Oliva Enciso, na manhã desta quarta-feira (27/11), com o título "A importância da aula de Educação Física para a prevenção da obesidade, da depressão e do suicídio em crianças e adolescentes". Clique AQUI e veja a matéria completa.

4. NOVIDADES LEGISLATIVAS

- DECRETO Nº 10.134, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019 Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Para acessar o Decreto na íntegra, clique <u>AQUI</u>.
- LEI Nº 13.905, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019 Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (Lei do Livro), para incluir, no rol de ações de difusão do livro incumbidas ao Poder Executivo, a instituição de concursos regionais visando a descobrir e a incentivar novos autores

5. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

CONGRESSO DERRUBA VETO, E ESCOLA PÚBLICA DEVERÁ TER ATENDIMENTO DE PSICÓLOGO

O Congresso derrubou o veto integral do presidente da República, Jair Bolsonaro, à proposta que garante atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. Portanto, volta a valer o texto do PLC 60/2007 (PL 3.688/2000, na Câmara dos Deputados), aprovado em setembro

pelos deputados, na forma de um substitutivo elaborado pelo Senado. A nova norma será promulgada pela Presidência da República. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PODERÃO TER PADRÃO MÍNIMO PREVISTO EM LEI

A Comissão de Educação (CE) aprovou um projeto de lei do senador Flávio Arns (Rede-PR) que estabelece um padrão mínimo para as escolas de educação básica no país. Além de observar o número de alunos por sala, elas devem oferecer aos alunos internet, biblioteca, laboratórios de ciências e de informática e quadra de esportes, internet. O relator da proposta (PL 5.288/2019), senador Confúcio Moura (MDB-RO), citou dados do último censo escolar que mostram que apenas 8% das escolas possuem laboratórios de ciências e somente 27% contam com biblioteca. Clique AQUI e veja a matéria completa.

QUILOMBOLAS E INDÍGENAS PEDEM RENOVAÇÃO DO FUNDEB COM MAIS RECURSOS

O entendimento de que o investimento público por aluno deve ser maior nas escolas dos povos tradicionais foi defendido em audiência pública promovida nesta terçafeira (26) pela Comissão de Educação (CE). O debate tratou dos impactos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em análise no Senado e na Câmara, na garantia do direito à educação escolar em territórios marcados por alta vulnerabilidade. Clique AQUI e veja a matéria completa.

COMISSÃO APROVA PROJETO SOBRE DIVULGAÇÃO DE PROIBIÇÃO DE TAXA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga as instituições privadas de ensino a promover campanhas para divulgar a proibição de cobrança de valores adicionais para alunos com deficiência (PL 3092/19). Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

CCJ APROVA INCLUSÃO DE TEMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CURRÍCULO ESCOLAR

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou em <u>caráter conclusivo</u> proposta que prevê a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PRIMEIRA INFÂNCIA PODERÁ SER PRIORIDADE NO PPA 2020-2023

Representantes do governo federal pediram, nesta terça-feira (12), apoio da Frente Parlamentar da Primeira Infância na construção do orçamento destinado às crianças no Brasil. A faixa etária – que vai até os seis anos de idade – poderá ser prioridade no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que está em análise no Congresso Nacional e já recebeu emendas neste sentido. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

ADMITIDA PEC QUE PRIORIZA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a <u>admissibilidade</u> da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) <u>36/19</u>, que prioriza as crianças com deficiência no acesso à educação infantil. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

COMISSÃO APROVA REPASSE QUADRIMESTRAL PARA A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB

A Comissão de Educação aprovou o projeto de lei (<u>PL 9558/18</u>) que determina o repasse, em três parcelas quadrimestrais e no exercício subsequente, do ajuste à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (<u>Fundeb</u>). Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

EDUCAÇÃO APROVA REGIME ESCOLAR ESPECIAL PARA ALUNOS ENFERMOS E MÃES LACTANTES

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (6), Projeto de Lei <u>5982/16</u>, que estabelece regime escolar especial, nos ensinos básico e superior, para o atendimento de alunos em tratamento de saúde; mães lactantes; e pais e mães estudantes, cujos filhos tenham até três anos de idade. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE CRIA O PROGRAMA CRECHE PARA TODOS

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (6), proposta que cria o Programa Creche para Todos. O texto autoriza os governos dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a firmarem convênios com creches privadas para garantir vagas para crianças de zero a três anos, integrantes de famílias com renda não superior a dois salários-mínimos regionais, que não tenham conseguido atendimento na rede pública. Clique AQUI e veja a matéria completa.

COMISSÃO APROVA PROIBIÇÃO DE TAXA PARA PROVA SUBSTITUTIVA QUANDO ALUNO JUSTIFICA FALTA

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou proposta que proíbe escolas e universidades particulares de cobrarem taxa para realização de provas de segunda chamada quando o aluno justificar a ausência por motivo de saúde ou força maior. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

COMISSÃO DISCUTE REGRAS PARA PAGAMENTOS DE MENSALIDADES EM ESCOLAS PARTICULARES

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados discutiu o projeto que proíbe a dupla cobrança de mensalidade em caso de transferência do aluno durante o período letivo ou de vigência do contrato de prestação de serviços educacionais (PL 2521/11). Clique AQUI e veja a matéria completa.

COMISSÃO AUTORIZA PROFESSOR DA REDE PÚBLICA A USAR ASSENTOS VAGOS EM TRANSPORTE ESCOLAR

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que autoriza os professores da rede pública a utilizar assentos vagos nos veículos de transporte escolar em estados e municípios e no Distrito Federal. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROPOSTA PROÍBE PROMOÇÃO AUTOMÁTICA DE ALUNO QUE NÃO TIVER NOTA PARA PASSAR DE ANO

O Projeto de Lei 5136/19 proíbe a promoção automática no ensino fundamental e médio, ressalvadas as peculiaridades da educação infantil, as situações relacionadas à saúde do estudante e a autonomia dos sistemas de ensino. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – LEI 9394/96). Clique AQUI e veja a matéria completa.

COMISSÃO ATUALIZA CÓDIGO DE TRÂNSITO PARA ATENDER A DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO

A Comissão de Viação e Transportes aprovou o Projeto de Lei 4736/19, que atualiza a redação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para adequá-lo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A nova redação estabelece que a educação para o trânsito será promovida na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nas respectivas áreas de atuação. O

texto atual usa termos em desuso como "pré-escola 1º, 2º e 3º". Clique AQUI e veja a matéria completa.

6. NOTÍCIAS DO MPF e CNMP

MPF RECOMENDA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO SOBRE DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE RELIGIOSA NA REDE ESCOLAR

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro para que implemente, em até 90 dias, o projeto "Educação mais humana" na rede escolar fluminense. O projeto já foi elaborado, com materiais já preparados, e foi objeto do Termo de Cooperação 03/2018, firmado entre as duas secretarias, porém até agora não foi implementado. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROFESSORES PROCURAM MPF E RELATAM AMEAÇAS À LIBERDADE DE ENSINO EM ESCOLAS ESTADUAIS

Professores amedrontados, acuados e temerosos pela própria integridade física procuraram o Ministério Público Federal (MPF), em João Pessoa, para relatar ameaças à liberdade de cátedra e que estariam sob pressão em razão da atividade de docência. Durante a reunião, que também contou com a presença da Defensoria Pública Estadual (DPE), o procurador-chefe substituto do MPF na Paraíba, José Godoy Bezerra de Souza, ouviu das vítimas que professores teriam se sentido intimidados durante a ida de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) - defensores do movimento Escola Sem Partido, a uma escola, acompanhados por vereadores da capital. Clique AQUI e veja a matéria completa.

CDDF/CNMP, UNICEF E TRIBUNAIS DE CONTAS TRATAM DO PROJETO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR

A implementação da Meta do Plano Nacional de Educação: busca ativa, que trata da evasão escolar, foi o tema de reunião realizada nessa terça-feira, 5 de novembro, entre o Grupo de Trabalho de Defesa da Educação, que integra a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP), presidida pelo conselheiro Valter Shuenquener, a Associação do Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O encontro ocorreu na sede do CNMP, em Brasília. Clique AQUI e veja a matéria completa.

7. NOTÍCIAS DO TCU E MEC

TCU REITERA PROIBIÇÃO DE EMPREGO DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF PARA O PAGAMENTO DE ADVOGADOS E PROFESSORES

Recursos de precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) não podem ser utilizados para o pagamento de advogados ou professores. Essa é uma das conclusões a que chegou o Tribunal de Contas da União (TCU) em auditoria coordenada que envolveu municípios dos estados de Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Pará e Amazonas. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROTOCOLO INTERMINISTERIAL É ASSINADO PARA PROMOVER CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS

Promover a cultura de paz, respeito e tolerância por meio do combate à violência e ao bullying e estabelecer uma escola de todos. Nos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, assinaram nesta quarta-feira, 20 de novembro, o protocolo de intenções para assegurar o direito a um ambiente escolar de respeito mútuo entre alunos e professores. Clique AQUI e veja a matéria completa.

ACESSIBILIDADE PARA AUTISTAS EM ESCOLAS É DESTAQUE DO REDE ESCOLA

Uma campanha para melhorar, com medidas simples, a vida de estudantes autistas nas escolas. Esse é um dos destaques da edição desta semana do programa Rede Escola ao mostrar como o Movimento Autista Brasil luta para substituir os sinais e alarmes que anunciam a hora da entrada, saída e recreio em escolas públicas no Distrito Federal. O movimento é composto por educadores e pais de autistas. A campanha foca em escolas de ensino fundamental onde estudam pessoas com deficiência intelectual, portadores de altas habilidades e autistas. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MEC LANÇA PROGRAMA QUE ALIA O ENSINO À PRÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para tornar os estudantes protagonistas de sua jornada escolar, o Ministério da Educação (MEC) lançou, nesta quarta-feira, 6 de novembro, o programa Educação em Prática. Instituições de ensino superior parceiras vão abrir as portas das faculdades para que alunos do ensino básico ampliem seus conhecimentos com foco em suas habilidades e aptidões. Os estudantes do ensino médio e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental terão a oportunidade de colocar o aprendizado da sala de aula em prática. Clique AQUI e veja a matéria completa.

8. NOTÍCIAS DE MATO GROSSO

TCE-MT PARTICIPA DO PROJETO EDUCAÇÃO QUE FAZ A DIFERENÇA DO IRB E IEDE

O que faz com que escolas com características semelhantes em relação a estrutura e recursos tenham desempenho diferente quanto ao ensino? A resposta, segundo a secretária de Controle Externo de Educação e Segurança do Tribunal de Contas de Mato Grosso Patrícia Leite Iozich, está na gestão escolar. Foi o que revelou trabalho técnico nacional do qual o TCE-MT vem participando. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROJETO DE LEITURA 'DÁ ASAS' A REEDUCANDAS DO PRESIDIO ANA MARIA DO COUTO

As grades e os muros da Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May, em Cuiabá, não são barreiras para os sonhos de algumas reeducandas que participam do projeto 'Biblioteca móvel – carrinho literário'. Com as asas que os livros dão as participantes do projeto podem transcender as barreiras físicas e viajar por entre as páginas dos romances, aventuras e poesias. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

PROJETO QUER REGULAMENTAR EDUCAÇÃO DOMICILIAR EM MATO GROSSO

O Projeto de Lei nº 1202/2019, que tramita na Assembleia Legislativa, busca pôr em prática e legalizar a educação domiciliar para crianças e adolescentes no estado de Mato Grosso. A prática é conhecida mundialmente como "homeschooling", já é uma realidade no país e tem encontrado cada vez mais adeptos desse sistema, sendo ela uma alternativa à escolaridade tradicional e possibilita aos pais e responsáveis educarem os filhos em casa. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

PARA ESTIMULAR A LEITURA E PESQUISA, ESCOLA TEM BIBLIOTECA FUNCIONANDO O DIA TODO

Com quase 20 mil livros catalogados, a Escola Estadual Paulo Freire, localizada no município de Sinop (a 500 quilômetros ao Norte da Capital), é um exemplo de como manter uma biblioteca funcionando e estimulando a leitura.

Há seis anos, o sistema de registro de livros, através do código de barras, foi fundamental para que os estudantes pudessem fazer o empréstimo. No próprio exemplar tem o valor a ser ressarcido caso o aluno perca ou extravie o livro. O empréstimo envolve todo o acervo – literários e didáticos. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

PROJETO DE ESCOLA PROCURA DISSEMINAR A CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Um projeto interdisciplinar da Escola Estadual Estêvão de Mendonça, localizada no município de Guiratinga (a 328 quilômetros de Cuiabá), envolveu alunos e profissionais da educação com o intuito de disseminar a cultura de paz no ambiente escolar.

Durante a culminância dos trabalhos, realizada na semana passada, os estudantes mostraram o que foi aprendido, por meio de exposição oral e de apresentações teatrais, de danças e leitura de cordéis. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

PROJETO "CAFÉ LITERÁRIO" PROCURA DESPERTAR O INTERESSE DOS ALUNOS PARA A LEITURA

Com o objetivo de despertar o interesse dos alunos para a leitura, a Escola Estadual Antônio José de Lima, localizada no município de Juscimeira (a 157 quilômetros de Cuiabá), realiza, bimestralmente, o "Café Literário", ação do projeto Biblioteca Integradora, que envolve alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Clique AQUI e veja a matéria completa.

9. FERRAMENTA

TRAJETÓRIAS DE SUCESSO ESCOLAR

A estratégia **Trajetórias de Sucesso Escolar** é uma iniciativa do UNICEF, do Instituto Claro e outros parceiros para o enfrentamento da cultura de fracasso escolar no Brasil. O site disponibiliza indicadores de fluxo escolares nacionais, estaduais, municipais e por escolas retiradas do Censo Escolar. O objetivo é facilitar um diagnóstico amplo sobre a distorção idade-série no país – quando um estudante está com dois ou mais anos de atraso escolar – e oferecer um conjunto de recomendações para o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam o acesso, permanência e aprendizagem desses estudantes. Além das taxas de distorção e índices de abandono e reprovação, o site disponibiliza recortes por gênero, raça e localidade que mostram as relações entre o atraso escolar e as desigualdades brasileiras. Clique AQUI para saber mais.

UNICEF e Instituto Claro lançam <u>curso online</u> para ajudar as escolas a criar estratégias de enfrentamento do fracasso escolar

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação Tarlyson Corrêa Martins – Oficial de Gabinete

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial